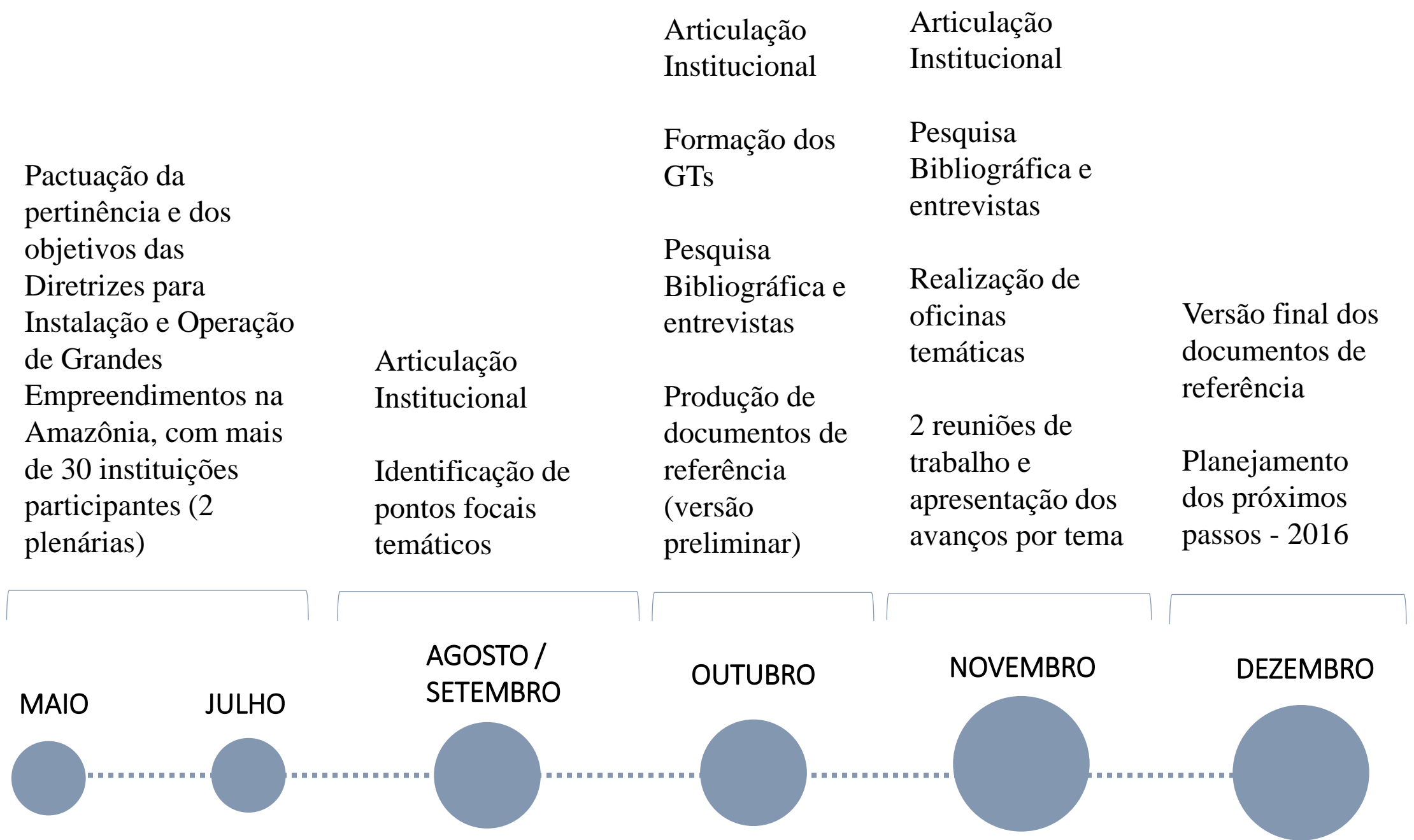


GRANDES OBRAS NA AMAZÔNIA: Aprendizados e Diretrizes

BOLETIM INFORMATIVO 3
Dezembro 2015



O QUE JÁ ACONTECEU

GT Agendas de Desenvolvimento Territorial

4/Novembro/2015 – Banco Mundial, Brasília



No início de Novembro aconteceu a oficina do grupo temático sobre Agendas de Desenvolvimento Territorial. Foram 19 participantes das instituições **Agenda Pública, BNDES, Fundação Bunge, GIFE, Governo do Estado do Pará, GVces, Ibama, International Finance Corporation, IPEA, Instituto Socioambiental, Itaipu, Ministério da Saúde e Universidade Federal do Pará.** Com debate intenso, o GT abordou as necessidades de amplo diálogo, potencialização da capacidade de planejamento, financiamento com governança própria, compartilhamento amplo de informações estratégicas e estabelecimento de prioridades, pelo próprio território, balizada pelo tripé governança, instrumentos de financiamento e monitoramento.



GT Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos – Foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres *4/Novembro/2015 – Banco Mundial, Brasília*

O grupo de 15 representantes da **Childhood Brasil, Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes de Altamira, Pará, ECPAT Brasil, Fundação Bunge, FGV Direito SP, GVces, International Finance Corporation, Itaipu, Movimento dos Atingidos por Barragens, Ministério do Desenvolvimento Social, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal e Universidade Federal do Pará** discutiu a pertinência da iniciativa, bem como construiu painéis quanto aos impactos identificados no contexto de grandes obras e a tipologia de vulnerabilidades possíveis. A iniciativa foi validada pelos presentes, que entendem que há demandas quanto às especificidades dos territórios amazônicos e carência de debates qualificados com espaço e tempo adequados para proposição e aprimoramento dos processos em curso



Reunião de trabalho **Apresentação dos Avanços por tema** *13/Novembro/2015 – FGV, São Paulo*

No início de novembro, os pontos focais dos cinco grupos de trabalho temáticos se encontraram em Brasília para apresentar plano de trabalho dos documentos de referência, bem como a metodologia utilizada e os avanços obtidos até o momento. Dentre os 20 presentes estavam **IPAM, ISA, Agenda Pública, Odebrecht, ATAP, TNC, GVces, IFC, Pronatura, Itaipu e GV Direito**. Na página 05 apresentamos os encaminhamentos por tema, considerando as abordagens definidas por cada um deles - *levantamento bibliográfico, condução de entrevistas semi estruturadas, peer reviews e grupos de trabalho*.

Plenária

Apresentação da Iniciativa e *status* dos trabalhos

25/Novembro/2015 – FGV, São Paulo



Essa reunião de trabalho teve forte presença do setor privado e se iniciou com a apresentação, por parte da IFC e do GVces, sobre o processo de articulação para a estruturação da iniciativa e planejamento das atividades. Considera-se como premissa que, no contexto de grandes empreendimentos e investimentos na Amazônia, a disponibilidade de recursos financeiros não garante a realização das oportunidades de desenvolvimento nos campos social, ambiental e econômico. Nesse sentido, estabelecer uma agenda para o uso desses recursos e promover um espaço de diálogo, mobilização e articulação entre os atores envolvidos é fundamental para endereçar os principais gargalos e elaborar possíveis soluções.

Dentre os pontos relevantes discutidos, destacou-se que a busca por representatividade dos diversos atores, principalmente do setor público, e a relevância do processo de articulação e diálogo, para além do produto final a ser entregue em 2016. Apesar da urgência de avanços na discussão sobre o modelo de desenvolvimento territorial vigente no país, o grupo entende que o valor desta iniciativa está no trabalho em conjunto, em detrimento do bilateral. Por isso, é necessário engajamento pleno e entendimento acerca da velocidade das entregas.

Considerando uma perspectiva de longo prazo, os participantes levantaram a possibilidade de ampliação do escopo da iniciativa para além do contexto amazônico, abordando o planejamento e a operação de grandes empreendimentos nacionalmente. Com participação intensa e amplo interesse, a iniciativa foi valorizada entre os presentes, entendendo que o esforço deve ser o de buscar uma abordagem *bottom up*, incorporando espaços e fóruns já existentes.

TEMA 1

Agenda de Desenvolvimento Territorial, Governança e Monitoramento

Ponto Focal: GVces

+

TEMA 2

Instrumentos de Financiamento: Fundos Antecipatórios e Financiamento de Agendas Territoriais

Pontos Focais: GVces e IFC

Entendendo a afinidade entre os dois temas (Tema 1 e Tema 2), os grupos temáticos avançaram na produção dos documentos de referência com certa proximidade. A partir dos materiais e fontes consultados e das discussões em GT específico em Brasília, entende-se que estabelecer uma Agenda de Desenvolvimento Territorial (ADT) pressupõe incorporar ao planejamento a dimensão estratégica de desenvolvimento. Em essência, isso significa distinguir a execução financeira da execução estratégica da ADT, a fim de endereçar demandas às políticas públicas e catalizar discussões sobre as prioridades do desenvolvimento local. Para isso, o grupo propõe-se a pensar em estratégias de governança e monitoramento que busquem fortalecer a capacidade administrativa de espaços institucionais e dialogar com as instâncias locais já existentes.

TEMA 3

Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos –

Crianças, adolescentes e mulheres.

Pontos Focais: FGV Direito SP e UFPA

Povos Indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas

Pontos Focais: Isabelle Vidal e Cássio Inglês de Souza

Projetos de infraestrutura causam impactos severos no meio ambiente e em comunidades locais. Nesse contexto, a invisibilidade de grupos vulneráveis na tomada de decisão implica em severas falhas na proteção de seus direitos. Por isso, o grupo entende que é necessário priorizar alternativas que gerem menos danos ao invés de medidas de mitigação e compensação dos impactos.

Para a produção do documento referência, a proposta é a elaboração de uma matriz de responsabilidades com base nos impactos e nas vulnerabilidades, tendo como referência normas nacionais e internacionais, entrevistas com os atores envolvidos e decisões de cortes nacionais.

TEMA 4

Capacidades Institucionais e Políticas Públicas

Ponto Focal: Agenda Pública

Desde a prospecção de um grande empreendimento, os territórios sofrem pressões e impactos socioambientais, porém nem os empreendedores, nem os governos estão preparados para lidar com tais impactos. Em diagnóstico atual realizado a partir de entrevistas, é consenso entre os participantes do grupo temático que os principais desafios nesse contexto são a baixa capacidade institucional local, o baixo aproveitamento dos mecanismos participativos e a falta de visão de longo prazo por parte dos governos e empreendedores. Entre os esforços para endereçar tais questões e dar continuidade na construção de diretrizes, propõe-se (i) desenvolver parâmetros claros de análise, mensuração e mitigação de impactos sociais gerados a partir de grandes empreendimentos em território amazônico e (ii) utilizar referências e parâmetros das políticas federais e estaduais para garantir a efetividade da governança em relação a definição e acompanhamento dos investimentos.

TEMA 5

Ordenamento territorial e Biodiversidade

Ponto Focal: IPAM

No entendimento do grupo, o modelo atual de grandes obras ainda é baseado na visão histórica de uma política de desenvolvimento para região pautada na concepção de que existe uma fronteira permanentemente aberta ao avanço horizontal, o que culmina em altos custos socioambientais e econômicos. Nesse contexto, os principais desafios envolvem (i) aumentar a governança sobre os processos que induzem ao desenvolvimento local; (ii) atuar para a redução da desigualdade econômica regional e da pressão por recursos naturais. Como proposta de trabalho, os pontos focais propõem a construção de uma matriz de indicadores que dê luz aos instrumentos de desenvolvimento territorial que tem sido implementados, tendo como exemplo o engajamento político e a participação social.

Entendendo a sobreposição de compromissos e eventos no mês de Dezembro, consideramos oportuno adiar a plenária de apresentação da iniciativa em Belém/Pará e *status* de trabalho para o início de 2016.

Após a realização de 5 reuniões plenárias, abertas a todos os interessados, e duas oficinas dos Grupos de Trabalho temáticos, o último mês de 2015 será o momento para a equipe finalizar os documentos de referência – *background papers* – que subsidiarão a retomada das discussões no início de 2016.

O Plano de Ação para 2016 será definido a partir das estratégias e diretrizes indicadas abaixo. Ao final de 2015, planejamos a elaboração de documento compilado que contemple as fases, marcos, primeiras análises e recomendações construídas pela Iniciativa até aqui, bem como as diretrizes iniciais para políticas públicas e práticas empresariais na instalação e operação de grandes empreendimentos na Amazônia. No início de 2016, uma versão inicial será disponibilizada para consulta e debate em plenárias, seminários, entrevistas, grupos de trabalho e/ou peer review, com a perspectiva de conclusão do documento em Julho de 2016.

Aprofundamento das pesquisas e fortalecimento da articulação institucional temática	Envolvimento/ engajamento de atores e lideranças locais e regionais (Amazônia).	Perspectivas para engajamento com iniciativas regionais/ internacionais
Encontros para desenvolvimento das diretrizes: >>> GTs >>> Seminários regionais >>> Seminário integrador	Estratégias para estabelecer conexões com discussões em curso: Ex: propostas para alteração do licenciamento ambiental, legislação indígena	
Diretrizes para políticas públicas e práticas empresariais na instalação e operação de grandes empreendimentos em territórios na Amazônia		

Sobre a iniciativa

DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS EMPRESARIAIS EM TERRITÓRIOS COM A INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS NA AMAZÔNIA

O objetivo da iniciativa é a construção de amplo espaço de diálogo para a formulação de diretrizes para políticas públicas e práticas empresariais em territórios no contexto da instalação e operação de grandes empreendimentos e/ou cadeias de valor de empresas na Amazônia, por meio de pesquisas temáticas, mobilização de atores sociais e ampla disseminação do conhecimento gerado, a serem idealmente pactuadas e colocadas em prática por diferentes níveis de governo, setor privado e sociedade civil.

A iniciativa é coordenada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a *International Finance Corporation* (IFC). O trabalho prevê a composição de grupos de trabalho temáticos – Agendas de Desenvolvimento Territorial, Instrumentos de Financiamento, Grupos Vulneráveis e Direitos Humanos (Foco em Crianças, Adolescentes e Mulheres; e Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais e Quilombolas), Capacidades Institucionais e Articulação das Políticas Públicas, e Ordenamento Territorial e Biodiversidade –, a produção de documentos de referência com subsídios para as discussões e a realização de oficinas temáticas, com representantes da sociedade civil, do governo em suas diferentes esferas e do setor empresarial e financeiro, visando a discussão e o aprimoramento dos documentos e o desenho de encaminhamentos. O acumulado desses aprendizados será debatido em seminários regionais e integrados em seminário único, formatando diretrizes para ampla discussão e disseminação. A contínua articulação institucional e promoção de diálogo almejam que todo o processo possa inspirar aprimoramento das políticas públicas, bem como das práticas empresariais, e fortalecer o debate pela sociedade civil.

Maiores informações:

Daniela Gomes Pinto – GVces – daniela.gomes@fgv.br

Laura Oller – IFC – laura.oller@ifc.org

Jessica Chryssafidis – GVces – jessica.chryssafidis@fgv.br

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral

Mario Monzoni - GVces

Hector Gomez - IFC

Coordenação Executiva

Laura Oller - IFC

Daniela Gomes Pinto – GVces

Coordenação Temática

Daniela Gomes Pinto - GVces

Lívia Pagotto - GVces

Marcos Dal Fabbro – GVces

Pontos Focais Temáticos

Flávia Scabin (FGV Direito SP), Assis Oliveira (UFPA),
Isabelle Vidal, Cassio Inglês de Sousa, Sergio Andrade e
Bruno Gomes (Agenda Pública) e Paulo Moutinho (IPAM)

Secretaria Executiva

Jessica Chryssafidis - GVces



Informações sobre a iniciativa **Diretrizes para Políticas Públicas e Práticas Empresariais em Territórios para Instalação e Operação de Grandes Empreendimentos na Amazônia** são comunicadas periodicamente à lista grandes.obras.amazonia@gvces.com.br. Caso queira incluir/retirar seu email da lista, tirar dúvidas ou enviar comentários sobre o projeto ou este boletim, mande uma mensagem para jessica.chryssafidis@fgv.br.